

**Ministério da Integração Nacional
Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil**

**Audiência Pública:
Debater a
regulamentação e a
implantação do cadastro
de Municípios com áreas
de risco , previsto na lei
12.340, de 2010.**



**Brasília/DF
31 de maio de 2017**



Atuação do MI - Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil nas ações de prevenção e resposta aos Desastres

Política Nacional de Proteção e Defesa Civil

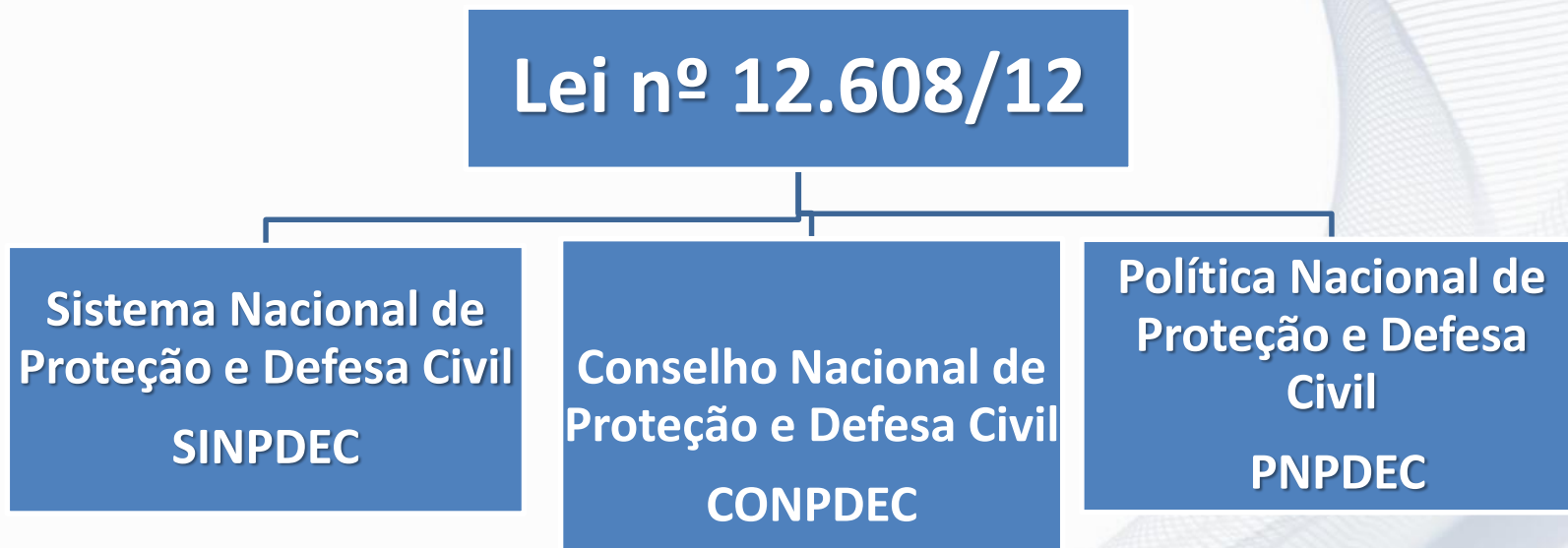
Ações voltadas à proteção e defesa civil

A PNPDEC abrange as ações de *prevenção, preparação, mitigação, resposta e recuperação* e deve integrar-se às políticas de desenvolvimento sustentável.



POLÍTICA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

- Sob forma de sistema articulado;
- Conjunto de órgãos e entidades da administração pública e privada;
- Planeja e promove a prevenção permanente contra riscos e desastres;
- Atua em situações de emergência e em estado de calamidade pública.



Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC

CONPDEC

Constituído por representantes dos Ministérios e Secretarias da Pres. Rep.

SEDEC

Órgão Central

Estaduais

Órgãos de PDC Estaduais e do D.F. e suas regionais

Municipais

Órgãos de PDC Municipais e suas distritais

Setoriais

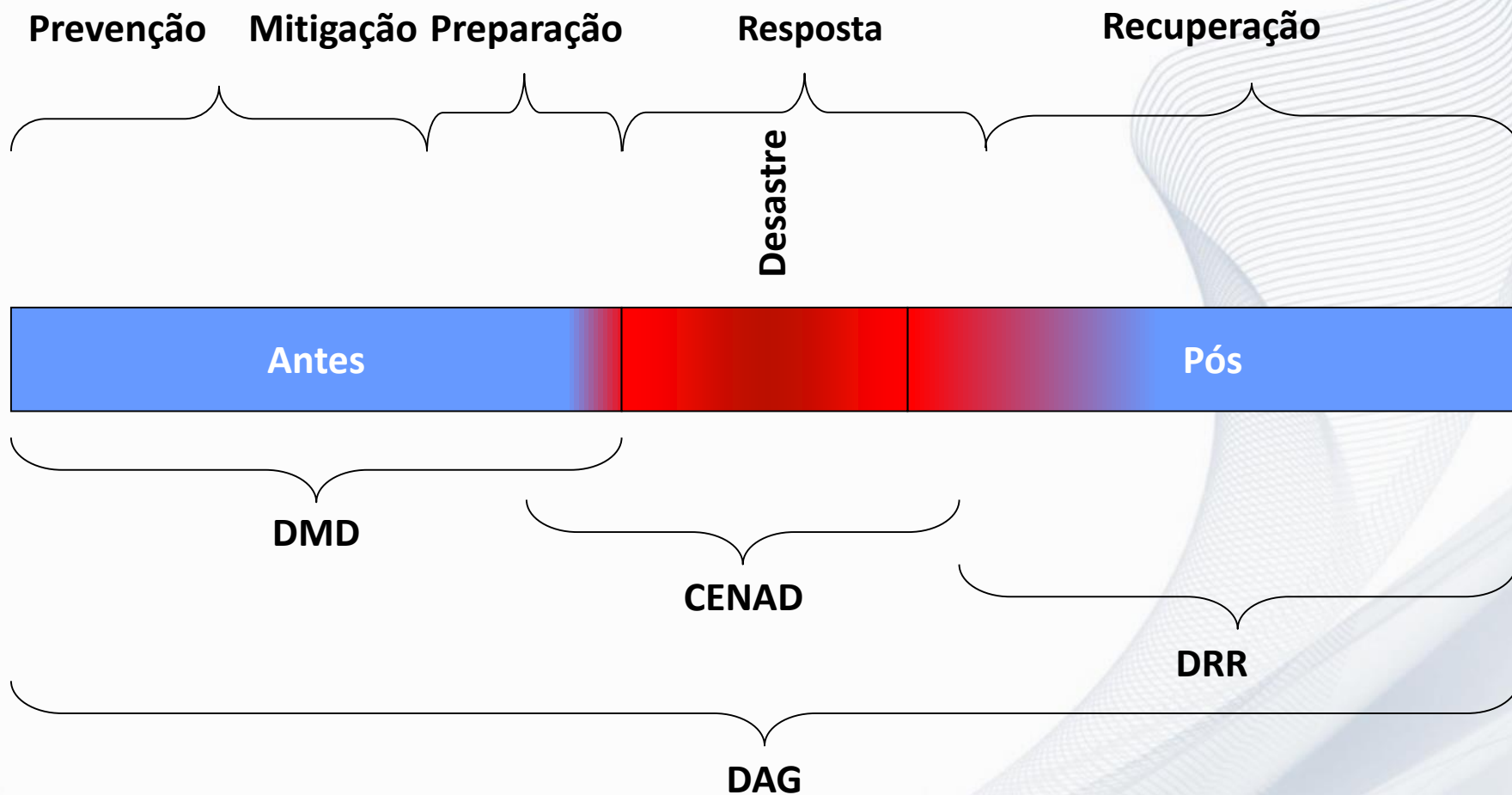
Órgãos da Adm. Pública Federal, Estadual e Municipal

Organizações comunitárias e entidades que atuam localmente em PDC

Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC

- ✓ planejar e promover a defesa permanente contra os desastres naturais e tecnológicos de maior prevalência no País;
- ✓ prevenir e mitigar danos, socorrer e assistir as populações afetadas e reabilitar e reconstruir os cenários deteriorados pelos desastres;
- ✓ atuar na prevenção ou em situação de desastres.

Gestão de Risco e desastres no Brasil



HISTÓRICO DE DESASTRES NO BRASIL

Estado	Nordeste CE	SP Caraguatatuba	GO Goiânia	SC 74 municípios	PE 67 municípios	AL 20 municípios	RJ- R. Serrana 7 municípios	MG Mariana
Desastre/ Magnitude	seca	deslizamento	Acid.Césio-137	Chuvas/desliz	inundações	inundações	deslizamentos	Rompimento Barragem
Ano	1877-79	1967	1987	2008	2010	2010	2011	2015
Danos	500mil mortos CE +afetado c/ 113mil êxodo rural	436 mortos	4 mortos 129 contamin. 1000 afet	110 mortos 429mil afet	20 mortos 740mil afet 86.464 desal 19.520 desab	36 mortos 269 mil afet 44 mil desal 28.500 desab	905 mortos +300 mil afet	18 mortos 644 desab 716 desal

Prevalência dos Desastres naturais no Brasil

REGIÃO NORTE



Incêndios Florestais
Inundações
Estiagem
Terras caídas

REGIÃO NORDESTE



Seca
Inundações
Deslizamentos

REGIÃO CENTRO-OESTE



Incêndios Florestais
Inundações
Estiagem
Erosões

REGIÃO SUDESTE



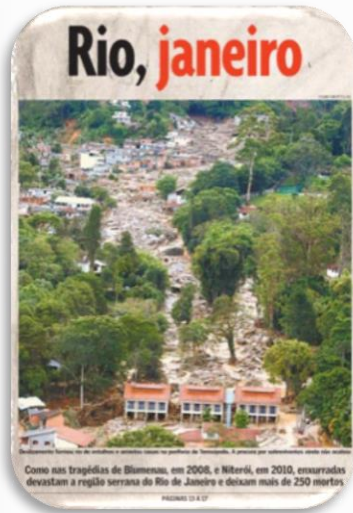
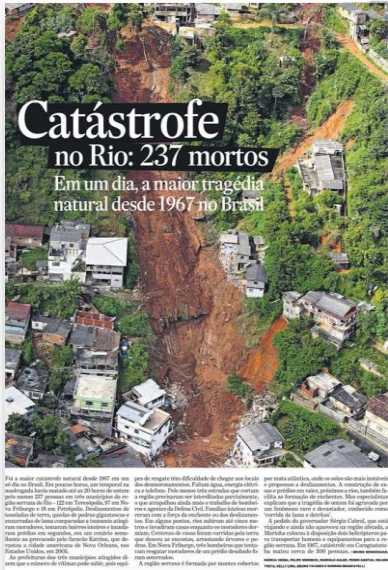
Incêndios Florestais
Deslizamentos
Inundações
Estiagem

REGIÃO SUL

Tornados, Vendavais,
 Granizos,
 Inundações
 Estiagem



Desastres no Brasil



Janeiro de 2011

PETRÓPOLIS (RJ)



AREAL(RJ)



TERESÓPOLIS (RJ)



NOVA FRIBURGO (RJ)



REGIÃO NORTE - Estado de Roraima - cheia histórica do Rio Branco – Roraima - 2010



Por via terrestre Roraima ficou isolada



Bairros de Caracarái debaixo de água



Parte da BR 174 que liga Boa Vista a Manaus submersa pelo avanço do nível das águas. Comprometimento do escoamento da produção

REGIÃO NORTE - Inundações no Amazonas – 62 municípios – 49 SE - 2012



REGIÃO NORDESTE – Bahia - Salvador – 21 óbitos - 2015



REGIÃO NORDESTE - Seca - R\$ 790 milhões para ações e despesas emergenciais de combate à seca - 2016



REGIÃO SUDESTE – Tragédia no Rio de Janeiro – Maior Desastres Natural do País - Janeiro de 2011 – 710 óbitos

PETRÓPOLIS (RJ)



AREAL(RJ)



TERESÓPOLIS (RJ)



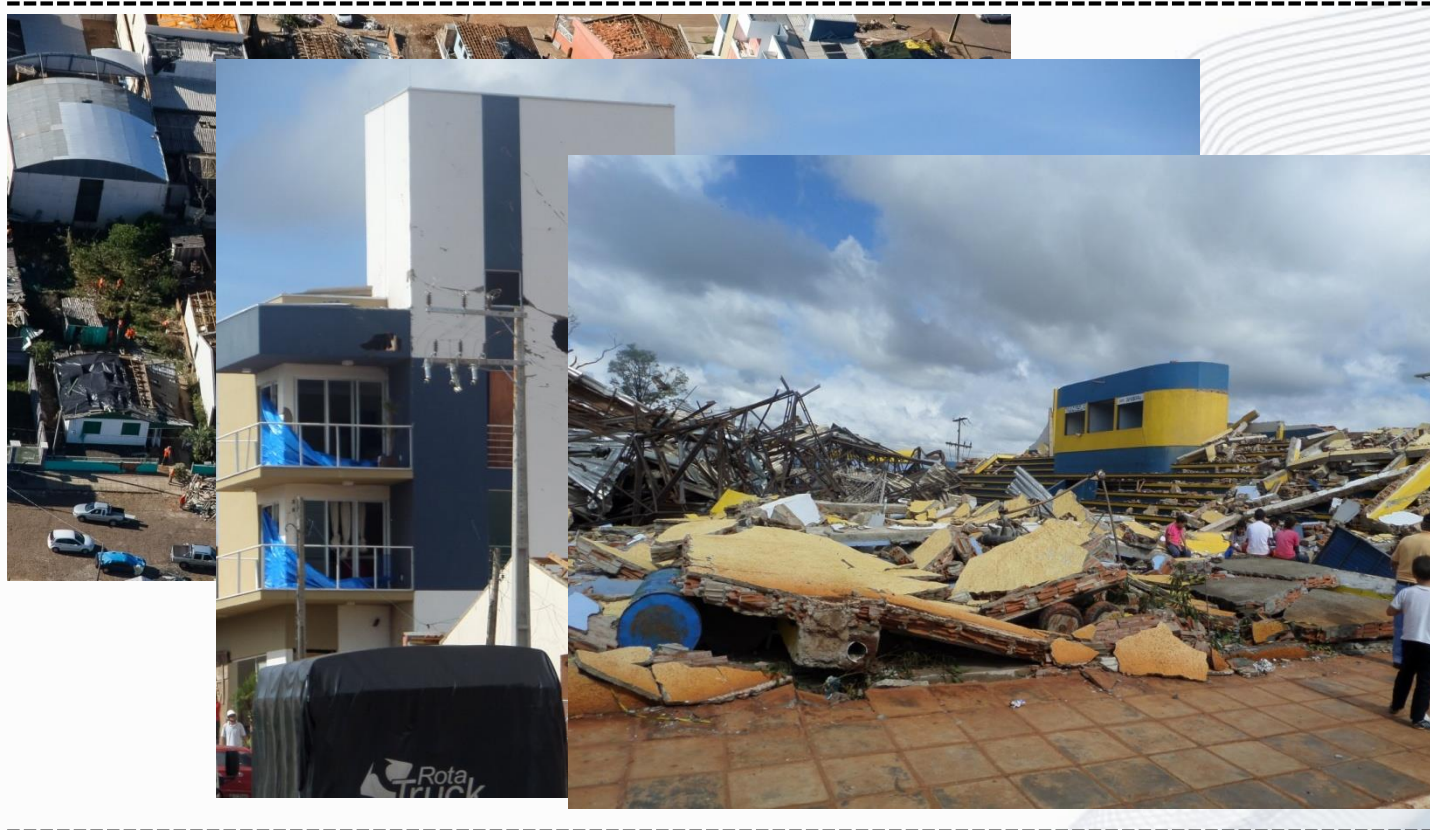
NOVA FRIBURGO (RJ)



REGIÃO SUDESTE - Desastre em Mariana é o maior acidente mundial com barragens - 2015



REGIÃO SUL - Tornados em Santa Catarina – 4 óbitos - 2016



Estratégias de políticas públicas para gestão de risco de desastres

Programa Orçamentário
PPA
2011/2015 – 2016/2019

Programa/Ação

2040 – Gestão de Riscos e Desastres

Dec. 7.257/2010

Dec. 7.505/2011

Lei 12.340/2010

Lei 12.983/2014

Lei 12.608/2012

PNPDC

PROGRAMAS E INICIATIVAS DE GESTÃO DE RISCO NO PPA

OBJETIVOS PROGRAMA 2040, PPA 2016-2019	ORGÃO RESPONSÁVEL
Identificar riscos de desastres naturais por meio da elaboração de mapeamentos em municípios críticos.	Ministério de Minas e Energia
Apoiar a redução do risco de desastres naturais em municípios críticos a partir de planejamento e de execução de obras.	Ministério das Cidades
Aumentar a capacidade de emitir alertas de desastres naturais por meio do aprimoramento da rede de monitoramento, com atuação integrada entre os órgãos Federais, Estaduais e Municipais.	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Coordenação e a gestão das ações de preparação, prevenção, mitigação, resposta e recuperação para a proteção e defesa civil por meio do fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC, inclusive pela articulação federativa e internacional.	Ministério da Integração Nacional
Promover ações de resposta para atendimento à população afetada e recuperar cenários atingidos por desastres, especialmente por meio de recursos financeiros, materiais e logísticos, complementares à ação dos Estados e Municípios.	Ministério da Integração Nacional

POLÍTICAS PÚBLICAS CORRELATAS COM A POLITICA NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DEFESA CIVIL – LEI 12.608/2012, LEI 12.340/2010

- Política Urbana ou Estatuto da Cidade (Plano Diretor)
- Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
- Política Nacional de Habitação de Interesse Social

Ministério das Cidades



- Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/96)
- Política Nacional de Educação Ambiental

Ministério da Educação - MEC



- Política Nacional de Saúde Ambiental
- Vigidesastres

Ministério da Saúde



- Monitoramento pelo CEMADEN

Ministério da Ciência e Tecnologia – MCTI



- Setorização de riscos pela CPRM
- Política Nacional de Segurança de Barragens

Ministério de Minas e Energia



- Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres

Secretaria de Direitos Humanos



- Setorização de riscos pela CPRM
- Política Nacional de Segurança de Barragens

Ministério de Minas e Energia

- 12.340/2010
- PNPDEC – Lei 12.608/2012
- 12.983/2014 – Prevenção e Recuperação
- IN 01 e IN 02/2016
- Coordenação e Gestão do SINPDEC

Ministério da Integração Nacional

Ministério do Meio Ambiente

MMA



PNGR
PLANEJAMENTO NACIONAL
PARA GESTÃO DE RISCOS

Ações Desenvolvidas PPA 2012/2015



**REDUZIR VULNERABILIDADES A DESASTRES
ATRAVÉS DE POLÍTICAS DE PROTEÇÃO CIVIL,
PRIORIZANDO AÇÕES DE PREVENÇÃO**



Identificação e mapeamento das ameaças



Identificação e mapeamento de riscos – mapeamento de 821 (956) municípios prioritários no Brasil



Elaboração dos protocolos de ação para ações de redução de risco – MI/MD/MS/MCID/MME/MMA



Estudo para desenvolvimento de política para obras de reconstrução que eliminem a situação de risco (PAC)

A Gestão de Riscos de Desastres





Amparo Legal

- ✓ **Lei 12.340, De 01/12/2010** – Dispõe sobre as Transferências de Recursos da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios para as Ações de Prevenção, Resposta e Recuperação de áreas atingidas por Desastres;
- ✓ **Lei 12.608, De 10/04/2012** – Institui a Política Nacional de **Proteção** e Defesa Civil – PNPDEC;
- ✓ **Lei 12.983, de 02/06/2014** – Altera a Lei 12.340;
- ✓ **Decreto 8.161/2013 – Artigo 11** - Competências da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil:
 - II - Coordenar o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC, em articulação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;*
 - VII - Coordenar e promover, em articulação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a realização de ações conjuntas dos órgãos integrantes do SINPDEC;*
- ✓ **Protocolo de Ações SEDEC/MI, MD e MS**, de 31/12/2012; objetiva o fluxo de procedimentos de gestão para ações de resposta da esfera federal em situações de desastres;
- ✓ **Diretriz de Planejamento de Ações Subsidiárias Nº 01/14 / MD / EB** – Emprego do Exército Brasileiro em Ações de Apoio à Defesa Civil;
- ✓ **IN MI/02/2016** – revoga IN MI/01 - para reconhecimento federal

Ações Desenvolvidas

8. Doação de 99 Kits de equipamentos e material operacional e 106 de viaturas para uso do órgão local de defesa civil para os municípios de pequeno porte mais afetados por desastres que atenderam os requisitos estabelecidos no Chamamento nº 01/2012.



REQUISITOS: municípios prioritários com população menor que 80.000 habitantes e receita per capita menor que 3 salários mínimos.

CRITÉRIOS: número de óbitos, recorrência de eventos e número de desalojados e desabrigados.

MATERIAL DISTRIBUIDO:

- ✓ 106 Caminhonete Mitsubishi Triton L200.
- ✓ 99 kits de equipamentos (GPS, Tablet, Computador, impressora, máquina fotográfica, fax, rádio transmissor, estabilizador).
- ✓ 99 kits contendo coletes, trena e capas de chuva.

Monitoramento e Alerta

- ✓ Estruturação da Rede de Monitoramento e Alerta de desastres Naturais;
- ✓ Centro Nacional de Gestão de Riscos e Desastres—
CENAD



CENAD

Centro Nacional
de Gerenciamento
de Riscos e Desastres

Criação do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres – CENAD

Objetiva gerenciar, com agilidade, ações estratégicas de preparação e resposta a desastres em território nacional e, eventualmente, também no âmbito internacional.

ação permanente de monitoramento, alerta, informação, mobilização e resposta

CENAD/MI

24 horas x 7 dias por semana;

Comunicação de alertas para todos os estados e municípios;

Articulação com órgãos federais, estaduais e municipais na resposta a desastres;

Análise e compartilhamento de informações sobre áreas de risco e de desastres.



Fluxo de Monitoramento– Alarme e resposta



SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE DESASTRES



Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2ID

O S2ID integra diversos produtos da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, com o objetivo de qualificar e dar transparência a gestão de riscos e desastres no Brasil, por meio da informatização de processos e disponibilização de informações sistematizadas dessa gestão.

Aqui você pode registrar e acompanhar os processos de reconhecimento junto à SEDEC, além de consultar informações sobre ocorrências e gestão de riscos e desastres com base em fonte de dados oficial e confiável.



Registro e
Reconhecimento



Análise Geoespacial



Painel de Controle



Biblioteca Virtual




Banco de Dados e
Registros de Desastres



Atlas Brasileiro de
Desastres Naturais,
1991 a 2010

S2ID – Sistema Integrado de Informações sobre Desastres



Município/Estado

- ✓ Cadastrar o usuário ao acesso restrito;
- ✓ Registrar o desastre;
- ✓ Solicitar o reconhecimento federal de SE e ECP;
- ✓ Solicitar apoio federal para resposta a desastre (em andamento).

Números de Reconhecimento Federal por Desastre em 2015

1243

Reconhecimentos por
ESTIAGEM

554

Reconhecimentos por
SECA

119

Reconhecimentos por
INUNDAÇÕES

35

Reconhecimentos por
CHUVAS INTENSAS

71

Reconhecimentos por
ENXURRADAS

43

Reconhecimentos por
GRANIZO

10

Reconhecimentos por
VENDAVAL



Competências do Centro Nacional de Riscos e Desastres

- Acompanhar e analisar:
 - Ações de **preparação e resposta** a desastres, em âmbito nacional.
 - Informações de **riscos** de desastres em âmbito nacional (meteorológicas, geológicas, hidrológicas e sismológicas recebidas dos órgãos competentes).
- **Difundir alertas** de desastres e prestar orientações preparativas aos Estados, Distrito Federal e Municípios;
- **Analisar** as solicitações dos Estados, Distrito Federal e Municípios para **reconhecimento federal** de Situação de Emergência e de Estado de Calamidade Pública;
- **Mobilizar**, apoiar e coordenar as atividades e protocolos interministeriais para ações de resposta;
- Fomentar a criação e atualização de **sistemas de alarme** e de gerenciamento de riscos e desastres nos Estados, Distrito Federal e Municípios;

COLABORADORES

59

 colaboradores

- Engenheiros,
- Meteorologistas,
- Estatísticos,
- Hidrólogos,
- Analistas especializados nas diversas fases da gestão de desastres, entre outros...

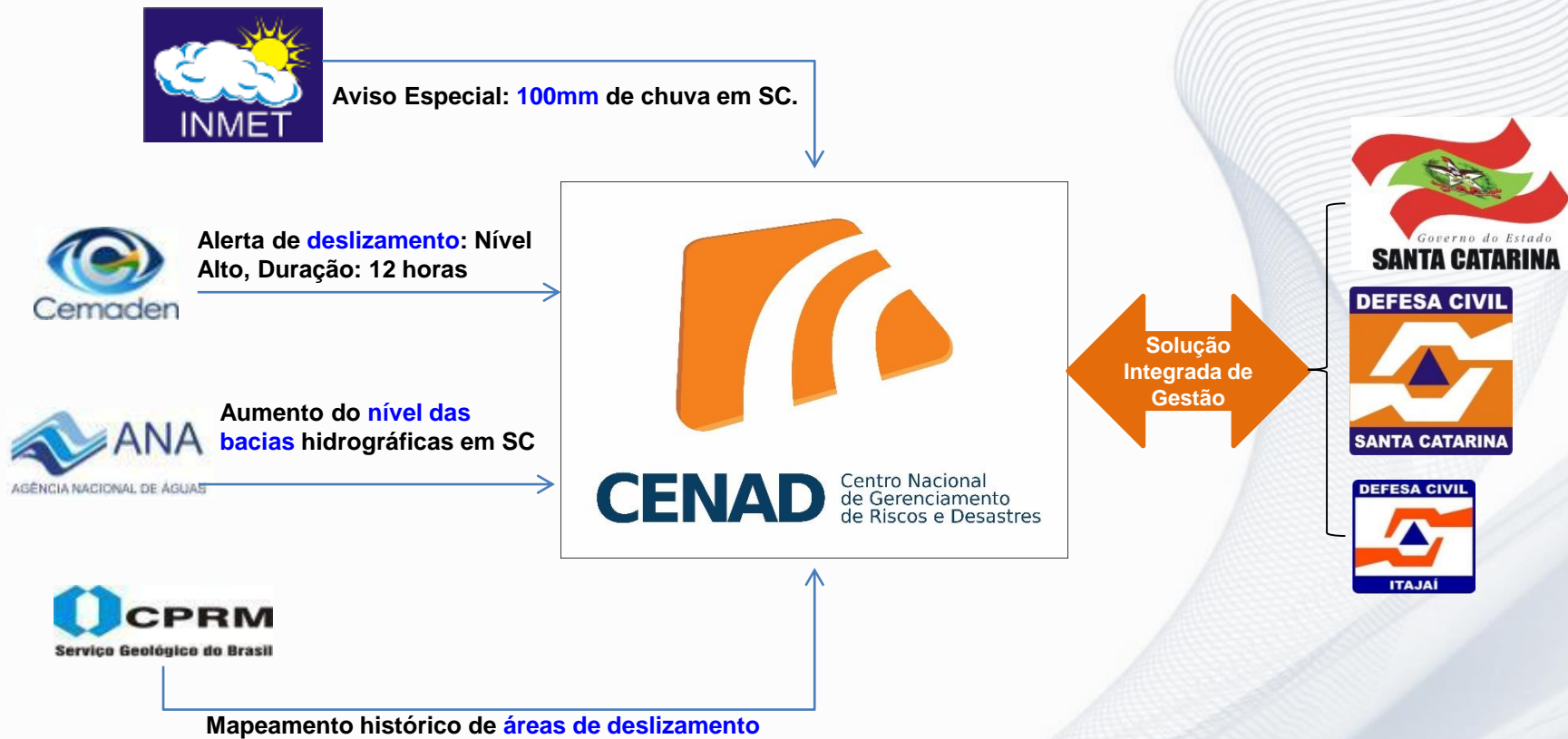


Plantão

24h x 7 dias por semana

Fluxo das principais Ações, Projetos e Sistemas

Exemplo de Funcionamento



Fluxo das principais Ações, Projetos e Sistemas

✓ Gerenciamento de Desastres

➤ Assistência Humanitária – Kits limpeza, higiene, água, etc.



➤ Socorro



➤ Restabelecimento



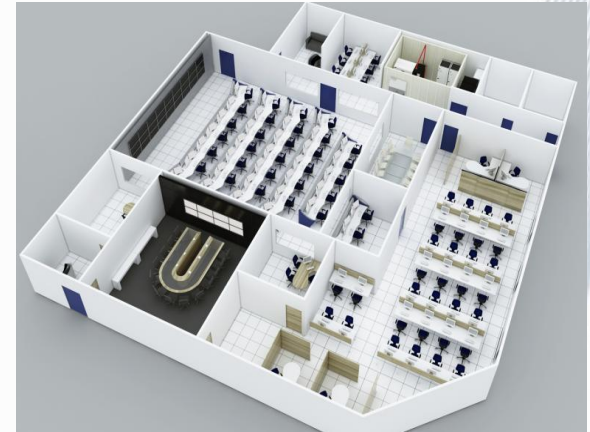
CENAD



Vista Aérea



Entrada Principal



Planta Baixa – 3D



Sala de Gestão de Crises



Sala de Coordenações
e Analistas



CMO

Fluxo das principais Ações, Projetos e Sistemas

✓ GERENCIAMENTO DE DESASTRES – PROTOCOLO MD/MS/MI



✓ Gerenciamento de Desastres – PROTOCOLO MD/MS/MI

“Protocolo de ações que entre si celebram o Ministério da Integração Nacional, o Ministério da Defesa e o Ministério da Saúde, objetivando fluxos e procedimentos de gestão para ações de resposta da esfera federal em situações de desastres”

Compromissos Conjuntos:

- a) *Canal de comunicação – 24h* - entre os Centros: CENAD/MI, COC/MD e CIEVS/MS;
- b) *Representante durante a vigência das ações* de resposta a desastre, no CENAD/MI, servindo como ponto de ligação entre os órgãos;
- c) *Redirecionar para o CENAD/MI todas as solicitações de apoio* formuladas pelos órgãos federais, estaduais, distritais e municipais em situação de desastre;
- d) *Atender prontamente as solicitações do CENAD/MI* para execução de ações de resposta e apoio logístico;
- e) *Nos casos onde haja risco iminente à vida humana ou de grave prejuízos materiais excepcionais de atendimento inicial* realizado por órgãos vinculados aos ministérios constantes do protocolo, com sede nos municípios afetados, a pedido das autoridades municipais ou estaduais, o CENAD/MI deve ser informado imediatamente para fins de formalização das ações subsequentes;
- f) **Promover capacitação, treinamentos e exercícios simulados conjuntos**, visando aprimorar a realização das ações previstas neste protocolo;



PNGR
PLANEJAMENTO NACIONAL
PARA GESTÃO DE RISCOS

Ações em Desenvolvimento PPA 2016/2019

PROGRAMAS E INICIATIVAS DE GESTÃO DE RISCO NO PPA 2016-2019

OBJETIVOS PROGRAMA 2040, PPA 2016-2019	ORGÃO RESPONSÁVEL
Identificar riscos de desastres naturais por meio da elaboração de mapeamentos em municípios críticos.	Ministério de Minas e Energia
Apoiar a redução do risco de desastres naturais em municípios críticos a partir de planejamento e de execução de obras.	Ministério das Cidades
Aumentar a capacidade de emitir alertas de desastres naturais por meio do aprimoramento da rede de monitoramento, com atuação integrada entre os órgãos Federais, Estaduais e Municipais.	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Aprimorar a coordenação e a gestão das ações de preparação, prevenção, mitigação, resposta e recuperação para a proteção e defesa civil por meio do fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC, inclusive pela articulação federativa e internacional.	Ministério da Integração Nacional
Promover ações de resposta para atendimento à população afetada e recuperar cenários atingidos por desastres, especialmente por meio de recursos financeiros, materiais e logísticos, complementares à ação dos Estados e Municípios.	Ministério da Integração Nacional

Ações Planejadas para o período 2016/2019

1. Implementação da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil por meio:

- **Regulamentação da Lei 12.608/2012 e da Lei 12.340/2010: (em andamento – Casa Civil)**
 - *Criação do cadastro nacional de municípios em áreas de risco (proposta TC MI/PNUD)*
 - *Elaboração do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil (proposta TC MI/PNUD)*

Plano Plurianual
2016-2019

DESENVOLVIMENTO, PRODUTIVIDADE E
INCLUSÃO SOCIAL

MENSAGEM PRESIDENCIAL



Ações em desenvolvimento - 2016/2019

Plano Plurianual 2016-2019

DESENVOLVIMENTO, PRODUTIVIDADE E
INCLUSÃO SOCIAL

MENSAGEM PRESIDENCIAL



2. **Priorização das ações de prevenção estruturantes e não-estruturantes em RRD – em implementação pelo MI: Estruturação e Fortalecimento de COMDECS, apoio a ações de prevenção**
3. **Programa de Capacitação Nacional – 27 Estados Brasileiro – em implementação**
4. **III Conferências Nacionais de Proteção e Defesa Civil, com ampla participação dos atores locais – a implementar**

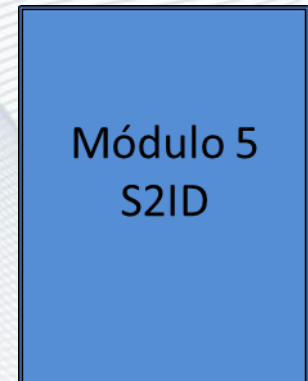
Ações Desenvolvidas

9. Capacitações e ações de difusão do conhecimento realizadas pela SEDEC

CAPACITAÇÕES DA SEDEC: 2012-2017	2012	2013	2014	2015	Total PPA 2012-2015	2016	2017	Total PPA 2016-2019
Educação à Distância	4.314	4.037	3.626	1430	13.407	0	0	0
Programa de desenvolvimento das Capacitações Internas	0	0	0	215	215	128	32	160
Cursos presenciais	876	1539	1938	251	4557	112	608	720
Cursos semipresenciais	38	124	1525	1274	2961	0	0	0
Simulado de Preparação para Desastres	2.511	4.015	0	0	6.526	0	0	0
Fórum Internacional	496	0	0	0	496	0	0	0
Fórum Nacional de Defesa Civil.	778	1268	0	0	2046	0	0	0
2ª Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil	0	0	1.639	0	1.639	0	0	0
TOTAL CAPACITADOS	9.013	10.983	7.089	3.170	30.208	240	640	880

Programa de Capacitação Nacional

Módulos Presenciais



Projeto de Cooperação Técnica BRA/12/017 – PNUD – 2012/2016

CAPACITAÇÕES PRESENCIAIS PARA OS 27 ESTADOS

CURSO DE FORMAÇÃO DE FORMADORES E MUNICÍPIOS:

- CURSO EM GESTÃO DE RISCO
- CURSO PARA ELABORAÇÃO DE PLANOS DE CONTINGÊNCIA
- CURSO EM GESTÃO DE DESASTRES
- CURSO COMO CRIAR COMDECS
- CURSO COMO ELABORAR O FIDE/DMAT
- CURSO EM S2ID

Projeto de Cooperação Técnica BRA/12/017 – PNUD – 2012/2016

- Capacitação e pesquisa na área de gestão de riscos
- Sensibilização e mobilização social para o tema "gestão de riscos"

AÇÕES REALIZADAS:

- Diagnóstico Nacional de Capacidades e Necessidades;
- Estratégia de Desenvolvimento de Capacidades;
- Desenvolvimento de Conteúdo e Metodologia para Atualização em GRD – Gestão de Risco e Desastres e criação de 24 turmas deste curso com proposta de 30 alunos, de aproximadamente 1.020 capacitados.

Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/13/001 – Interúguas

- Diagnóstico sobre a Gestão de Risco no Brasil e no Mundo
- Elaboração de 5 manuais doutrinários

Objetivos:

- Apresentar a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil de forma clara e objetiva;
- Padronizar e unificar a doutrina de Proteção e Defesa Civil no Brasil.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Novas Diretrizes e Perspectivas -> gestão de risco a partir de um processo de construção social

CONFIGURAÇÃO DE ÁREAS DE RISCO:

- visão de planejamento do território,
- influências históricas,
- influências políticas e sociais
- influências ambientais.

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO:

- dimensão estrutural
- dimensão não estrutural:
 - ✓ Percepção de risco
 - ✓ Comunicação
 - ✓ Participação social
 - ✓ Integração intersetorial e interinstitucionais

Resultados ATINGIDOS

- ✓ Redução de Danos materiais, ambientais e sociais em situações meteorológicas extremas;
- ✓ Integração de ações interministeriais e fortalecimento do SINPDEC;
- ✓ Redução de tempo de resposta;
- ✓ Aumento da percepção de risco da população;
- ✓ Políticas públicas de redução do risco de desastres focado nas áreas de maior incidência de desastres naturais

MUDANÇA DE PARADIGMA

Foco nos desastres



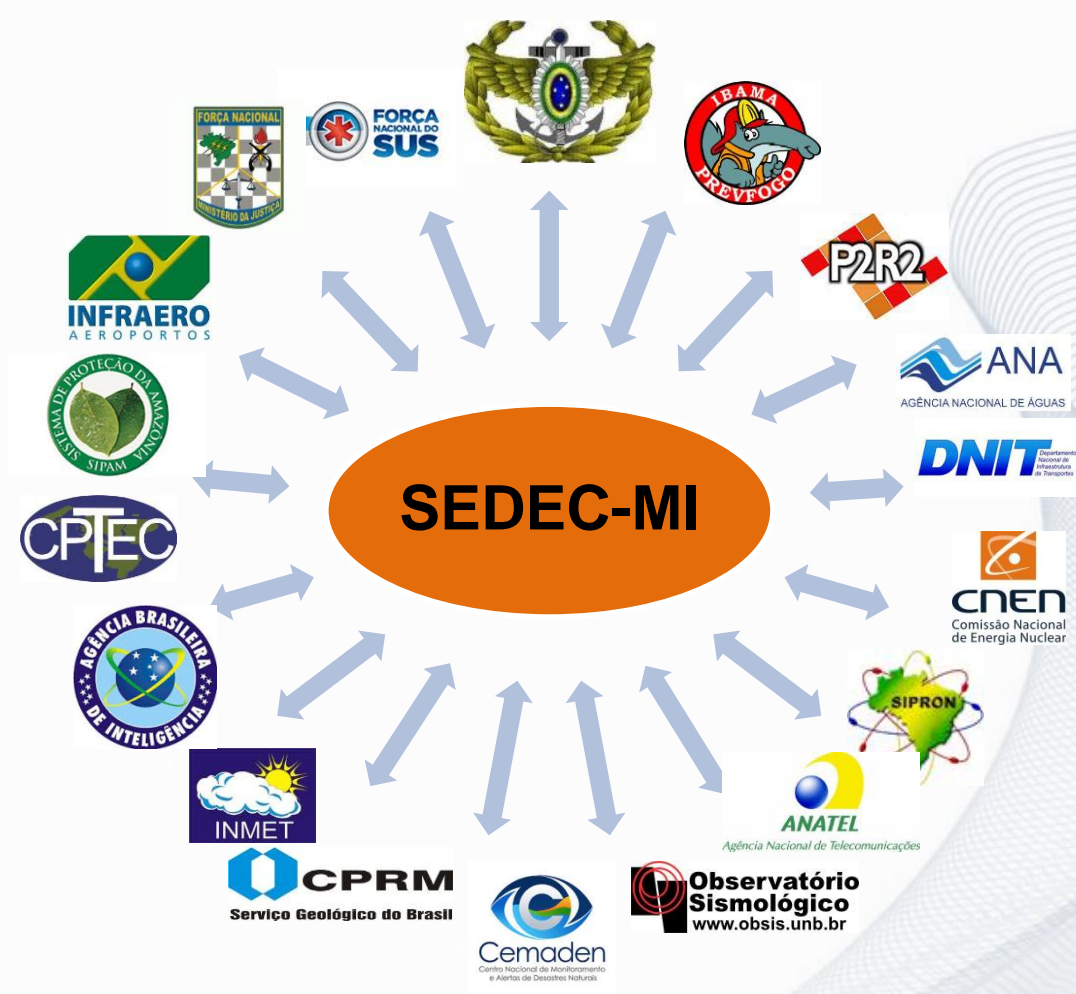
Foco no risco



Ação Integrada - Monitoramento

MONITORAMENTO - GOVERNO FEDERAL

AMEAÇAS	FORMA DE MONITORAMENTO
Tornados, vendavais, granizos (meteorológicos)	INMET e CPTEC
Inundações, enxurradas e deslizamentos (geohidrológicos)	CEMADEN (Municípios monitorados)
Inundações (hidrológicos)	SUDAM/UFPA, ANA, CPRM, CENSIPAM, CEMADEN
Secas e estiagens	ANA
Incêndios florestais	IBAMA e Plataforma CIMAN Nacional
Radiológicos / Nuclear	CNEN / SIPRON
Produtos perigosos	IBAMA / CONASQ
Saúde	Ministério da Saúde
Sismológicos	ObSIS/UnB e CPRM
Ruptura de barragens	Aneel, DNPM e ANA





Defesa Civil Somos Todos Nós!!!

OBRIGADA!

dpp.sedec@integracao.gov.br

Integracao.gov.br